

Constituinte: previsões confirmadas

NEY LIMA FIGUEIREDO *

Uma das peculiaridades do nosso País é que quando as coisas acontecem conforme o previsto, a perplexidade toma conta de todos.

É exatamente isto o que vem ocorrendo com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Se há reclamações, agora, sobre colisões e divergências de posicionamentos, não custa lembrar que o assunto vem ganhando tais conotações desde sua concepção, antes e nos primeiros tempos da chamada, "Nova República". Relembremos a frustração nacional, com a morte de Tancredo Neves, e a decorrente confusão estabelecida na composição e nos trabalhos da "comissão de notáveis". Os membros dessa comissão não foram escolhidos pela sábia prudência e inteligência de Tancredo, como estava previsto, mas pelas artimanhas político-ideológicas do então ministro da Justiça, deputado Fernando Lira, que, inclusive, cometeu o absurdo de nomear um secretário-executivo à esquerda, Mauro Santayana, e outro à direita, Ney Prado. Quanto à presidência, ficou mesmo o venerado prof. Afonso Arinos que, se conserva o saber parlamentar e jurídico tradicional, não tem mais a saúde e a agilidade, e talvez não mais o interesse, que caracterizaram sua histórica atuação na "banda de música" da UDN.

A listagem final dos membros dessa comissão fazia pressagiar o resultado de suas reuniões. O "balaio de gatos" que gerou o monumental texto de quase 500 artigos denotou o atual estado de confusão nacional, onde não há um centro equilibrado que saiba discutir e compor diferenças que, na verdade, são menos ideológicas do que pessoais e/ou classistas. A conclusão é que o anteprojeto da "comissão de notáveis" foi combatido por sumidades e nulidades e conseguiu o milagre de ser ignorado pela opinião pública.

O resultado é que a intenção inicial, de dotar o País de uma proposição que representasse a média do pensamento da Nação e dos propósitos que, teoricamente, presidiam a "renovação" da Nova República, ficou no limbo. O texto não serviu para nada e não foi consultado por ninguém.

Se, por deficiência de coordenação, conteúdo e propriedade, o Governo, o PMDB e o PFL, os nossos principais partidos, chegaram sem projeto à Assembleia Nacional Constituinte, esta se ressentiu, também, desde o início dos trabalhos, da ausência de leitura do pensamento popular, expresso nas urnas nas eleições de 15 de novembro. Ali o País firmou posição: é de centro e não gosta de extremos.

A contrafação, típica do caráter nacional, foi enriquecida por uma manobra dentro da própria coligação majoritária — PMDB e PFL. Enquanto ao PFL foi concedida a "honra" de presidir as subcomissões, o senador Mário Covas reservou para elementos "progressistas" o trabalho de estiva de fazer os relatórios. O resultado não deveria constituir surpresa, não obstante a maioria dos relatórios das subcomissões ter deixado a opinião pública estarecida, seja pelo absurdo detalhamento das propostas, seja pelo nítido conteúdo ideológico, pendendo muito mais à esquerda do que se poderia esperar, principalmente nos assuntos chamados sociais.

Não houve, por outro lado, uma distribuição equitativa de forças na composição das subcomissões, como é próprio das democracias. Registrou-se uma política de firmar pensamentos unificados, enquanto o centro ficou na posição de

jogador reserva que tem de adular o técnico e os titulares para poder jogar.

Felizmente que, com o aumento do número de participantes nas comissões temáticas, abriu-se um espaço de manobra mais largo e tendendo, não se sabe por exaustão dos extremos, a fazer, desta vez, a releitura dos resultados de 15 de novembro. Daí ter havido oportunidade para a reapresentação de idéias, busca do lógico e repulsa à maior parte dos absurdos cometidos na primeira fase, embora se conservasse a divisão arbitrária das subcomissões: esquerda no "social", direita no "econômico".

Registrou-se aí a costuma pressão das galerias, exercida rotineiramente pelos "trabalhadores" da esquerda, com uma presença nova: o pessoal de campo da UDR, ao passo que o trabalho de persuasão do comércio e da indústria foi preferencialmente exercido nos bastidores.

Busca-se, agora, uma sinalização do que pode acontecer nos trabalhos da Comissão de Sistematização. A começar pelo relator Bernardo Cabral, homem de bom senso e reconhecidamente de centro, passando pelos nomes dos demais integrantes da comissão, espera-se um produto bem melhor, com uma proposta mais enxuta e concatenada, para ser levada ao grande plenário.

De qualquer forma, a presença imposta dos 24 relatores das subcomissões, bem como dos presidentes e relatores das comissões temáticas, já garante um certo tingimento ao debate, que se prenuncia ácido, e provavelmente não contido — e talvez não harmonizado — pela vocação pacífica, adversária do confronto, do relator-geral, deputado Bernardo Cabral. Em termos percentuais, o centro talvez ganhe, numericamente, dentre os 93 membros da comissão, alinhando 55 por cento do total, embora não seja indicado esquecer que os 45 por cento restantes, da esquerda, têm entre eles alguns profissionais de guerra.

Nessa fase final os arroubos ideológicos e as pressões partidárias serão certamente sobrepujados pelo compromisso dos constituintes consigo mesmos, com suas bases e com os sinais recebidos nas eleições de 15 de novembro. As pressões regionais e das bases exercerão, aí, muito mais força de convencimento, sobre senadores e deputados inclinados, por questão de sobrevivência política posterior, a ouvir o som do tambor popular e daquele refletido pelos meios de comunicação e entidades de classe da sociedade civil. As chamadas "emendas populares" existirão, mas elas tendem a se compor e mesclar com as idéias predominantes. Existirão apenas como jogadas para a platéia, enquanto os bastidores serão controlados pelos articuladores políticos, velhas raposas.

O que o centro, representativo do que o povo quer, pode fazer na última e decisiva fase, é exigir ser ouvido, exatamente como faz com muita competência a esquerda. É pressionar nas bases, fazer expor posicionamentos diretos, forçar explicações e reivindicar tomadas de posição, à base da cobrança futura.

Se os acontecimentos seguirem o curso que têm tomado até o momento, o processo da Constituinte vai entrar numa fase de decantação e na hora do voto deverá acabar prevalecendo o bom senso da maioria menos barulhenta, mas até aqui dominada, pelo menos no espaço dos veículos de comunicação, pelo furor da oratória dos menos sensatos.

Ney Lima Figueiredo, 52 anos, é consultor político de diversas empresas e entidades